

Lorde Cochrane, o turbulento Marquês do Maranhão

Vasco Mariz

Embaixador, Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio Correspondente da Real Academia de la Historia, da Espanha; da Academia de História da Argentina; e da Academia Portuguesa de História. É autor de diversos trabalhos, entre eles: Villegagnon e a França Antártica (com Lucien Provençal, 2000; edição francesa de 2002); La Ravardière e a França Equinocial (2007); A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI (2008); Temas da política internacional (2008).

RESUMO

Lorde Cochrane foi um almirante escocês que se distinguiu nas lutas navais das guerras napoleônicas. Foi contratado pelos patriotas chilenos e peruanos para combater a Espanha nas guerras da independência. D. Pedro I contratou-o para organizar a marinha de guerra brasileira e submeter as rebeliões nas províncias de Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Cochrane não se julgou bem pago e saqueou o tesouro do Maranhão. D. Pedro I antes o havia feito marquês do Maranhão, título que figura com destaque no seu túmulo na abadia de Westminster, em Londres.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; Pedro I; Marinha de Guerra do Brasil

ABSTRACT

Lord Cochrane was a Scottish admiral who became famous for his actions during the napoleonic wars. He was later contracted by Chilean and Peruvian patriots to help fight Spain in their independence wars. D. Pedro I hired his services to organize the Brazilian War Navy, and he was very effective in fighting the rebellions in Bahia, Maranhão and Pará. Cochrane later stole all Maranhão's treasury, considering himself to well paid for his services. Cochrane was made Marquis of Maranhão, a title highlighted in his tomb at Westminster Abbey in London.

KEYWORDS: History of Brazil; Pedro I; Brazilian war navy

Recentemente, conversando com nossa colega Mary del Priore, ela instou-me a investigar melhor a passagem de Lorde Cochrane pelo Brasil, e a minha primeira providência foi perguntar a quatro ilustres almirantes brasileiros se eles realmente consideram Cochrane como o fundador da marinha de guerra brasileira. Os Almirantes Max Justo Guedes, Senna Bittencourt e Helio Leoncio Martins não concordaram com essa afirmação, mas Henrique Aché Pilar aceitou aquele rótulo. A verdade é apenas que ele foi o "primeiro" almirante de nossa esquadra e teve papel importante na pacificação das províncias de Norte e Nordeste, sobretudo na Bahia, que teimavam em manter laços diretos com Portugal depois da Independência.

Sem exagero, Thomas Cochrane foi um personagem realmente extraordinário. Marinheiro competente e impetuoso, realizou feitos incríveis na mocidade que eletrizaram a opinião pública britânica, mas que, ao mesmo tempo, desagradaram ao alto comando naval, irritado com sua rebeldia e ânsia de publicidade. O período mais interessante e mais agitado de sua vida foi durante a era napoleônica, durante a qual, no comando de pequenos navios, realizou

proezas notáveis e causou danos enormes às marinhas da França e da Espanha.

O espaço limitado deste trabalho não me dá tempo para entrar em pormenores sobre esta fase inicial de sua vida, tão rica e tão variada, nem sobre suas proezas nas guerras de independência do Peru e do Chile, onde fora contratado especialmente para combater os espanhóis. O que mais nos importa agora é a sua permanência no Brasil a serviço de D. Pedro I para assegurar o reconhecimento do Império. Por isso, meu seguinte passo foi procurar ler em boas fontes o que realmente aconteceu na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, por ocasião da presença de Cochrane como primeiro almirante da marinha imperial, que lá foi impor com a força dos canhões o reconhecimento do Império. Na Bahia, ele deixou boa recordação, tanto que até hoje em Salvador lá existem uma Praça Cochrane e uma Rua Thomas Cochrane. Em Pernambuco não deixou saudades porque acabou com o sonho da famosa revolução pernambucana de 1824, a Confederação do Equador, que buscava a independência total da região. Mas tampouco é detestado, disse-me Evaldo Cabral de Mello. Já o Maranhão foi um caso especial, pois essa província e também a do Grão-Pará nunca haviam feito parte do Brasil colonial e sempre estiveram diretamente subordinadas ao governo português em Lisboa. A resistência demorou e somente a partir do dia 28 de junho de 1823, portanto nove meses depois da nossa Independência, é que o Maranhão passou a integrar o Império do Brasil, graças à presença convincente dos canhões da esquadra chefiada pelo Almirante Cochrane,

O brasileiro que visitar a abadia de Westminster, em Londres, ficará surpreso ao ver o vistoso túmulo de Lorde Cochrane, onde se lê com destaque que ele foi *Marquis of Maranham*, título que efetivamente recebeu de D. Pedro I a 25 de novembro de 1823, em recompensa pelos bons serviços prestados na Bahia e no Maranhão. Entretanto, na parte final de sua estada no Brasil, seu comportamento foi condenável e teve depois longa disputa jurídica com o governo brasileiro, que se arrastou até quase o fim do século XIX. Os herdeiros de Cochrane só

conseguiram ser pagos integralmente pelo governo brasileiro por seus serviços cerca de 60 anos depois, em 1887, e com auxílio de Rui Barbosa. Os autos do processo se extraviaram nada menos de três vezes, mas, como Cochrane guardara cópia autenticada pelas autoridades brasileiras de seu contrato, isso acabou assegurando a vitória a seu filho, que afinal recebeu vultoso pagamento. Por tudo isso, acredito que sua vida tão aventureira e, em especial, sua permanência no Brasil, de 1823 a 1825, merecem ser recordadas.

Thomas Alexander Cochrane, 10^o Conde de Dundonald e marquês do Maranhão, nasceu em Annsfield, perto da cidade de Hamilton, na Escócia, a 14 de dezembro de 1775. Portanto, ele tinha 48 anos quando veio trabalhar para o governo brasileiro por dois anos, entre 1823 e 1825. Até hoje, ele é considerado o maior herói naval da Escócia. Era um homem alto, de cerca de 1,82 m, sem ser bonito tinha uma bela estampa, falava pouco e sua presença impunha respeito e autoridade. Passou a juventude em Cullross na Abbey House e aos 17 anos se engajou na marinha real como guardamarinha. Sua bibliografia é numerosa e há na Inglaterra ainda hoje diversos livros publicados sobre a sua vida e também uma interessante autobiografia.

Durante as guerras de Napoleão contra a Inglaterra, ele demonstrou tanta ousadia em operações navais que os franceses o apelidaram de *loup de mer* (lobo do mar). Com a sua escuna *Speedy*, ele chegou a capturar uma grande fragata espanhola três vezes maior. Mais tarde, no comando da Fragata *Pallas*, capturou navios espanhóis carregados de ouro e prata, o que lhe valeu uma comissão de 75.000 libras. No entanto, suas espetaculares atividades navais não agradavam nada ao almirantado britânico por sua frequente desobediência, e sua excessiva popularidade nacional despertava ciúmes e criava inimigos.

Nesse íterim, famoso em seu país, Thomas se candidatou ao parlamento e da segunda vez foi eleito. Teve a ousadia de bater-se contra a corrupção na administração naval, e essa atitude intransigente lhe criou muitos inimigos influentes,

que acabaram acusando-o de atividades fraudulentas e especulação na bolsa. Foi condenado em 1814 e esteve preso dois anos. Retiraram-lhe o título nobiliárquico e foi desligado da marinha real. Sua carreira que se anunciava brilhante parecia encerrada. Em 1817, casou-se com uma moça bem mais jovem, Catherine Barnes Cochrane e tiveram um filho.

Em 1818, Cochrane aceitou trabalhar para a marinha chilena nas guerras de independência desse país e do Peru e, em pouco tempo, conseguiu várias vitórias e afundou numerosos navios espanhóis. Suas operações navais asseguraram a independência do Chile e do Peru, onde até hoje é reverenciado. Os libertadores Bernardo O'Higgins, do Chile, e José de San Martín, da Argentina, o tinham em alta conta e Cochrane participou de várias operações conjuntas com eles que deram a liberdade àqueles dois países andinos.

Sabedor de sua atuação brilhante nos mares do Oceano Pacífico, o ministro das Relações Exteriores José Bonifácio de Andrada e Silva aconselhou o jovem imperador a contratá-lo e – por carta de 13 de novembro de 1822, isto é, logo após a nossa Independência – convidou Thomas Cochrane para entrar ao serviço do governo brasileiro. O convite foi aceito, partiu de Valparaíso a 17 de janeiro de 1823 a bordo do brigue inglês *Colonel Allen* e chegou ao Rio de Janeiro a 13 de março. O decreto imperial de 21 de março de 1823 formalizou o acordo, e ele assumiu o comando em chefe da esquadra brasileira com a pomposa patente de primeiro-almirante, caso único na história naval brasileira. No Chile, ele tivera apenas o título de vice-almirante.

Uma vez contratado, Cochrane preocupou-se em organizar a sua esquadra e o alistamento de tripulantes. Muitos portugueses se apresentaram, mas não confiava neles e com razão. Preferiu os britânicos com os quais se entendia bem e contratou nada menos de 550. Eles pretendiam ganhar como na Royal Navy, mas isso não foi possível. Também ele desejou ganhar quanto recebia no Chile, mas afinal chegaram a um acordo. A esquadra constava de uma nau, a *D. Pedro I*, a capitânia, 3 fragatas, 2 corvetas, 4

brigues e 3 escunas, nem todas em bom estado. A viagem à Bahia não foi fácil, pois as guarnições não tinham prática de navegar. Os oficiais ingleses procuraram adestrar a tripulação fazendo manobras de velas, artilharia e abordagem. Foi difícil manter coesa a frota, pois os navios tinham velocidades diferentes e se afastavam uns dos outros. A 28 de abril, estavam à vista de Salvador, e a esquadra preparou-se para o combate, quando surgiu um impasse: os marinheiros portugueses se revoltaram, trancaram os paíóis e se recusaram a combater seus patrícios. Foi necessária toda a energia do almirante e de seu imediato Grenfell para dominá-los e isolá-los.

O historiador Braz do Amaral em seu livro *Recordações Históricas* nos relata pormenores divertidos. Em carta ao ministro da Marinha, Cochrane descreve nos seguintes termos as condições operacionais de seu próprio navio, o *D. Pedro I*, e dessa verdadeira esquadra de Brancalione:

Os cartuchos que temos são incapazes de servir e correm os artilheiros o perigo de perderem os braços no trabalho de carregarem as peças. As velas estão todas podres e em nossa vinda para aqui, havendo ventos frouxos, esfrangalhou-se um jogo delas, e as outras rasgavam-se com a mais leve brisa de vento. As espoletas para as bombas são feitas de tão miserável composição que não pegam fogo.

Sobre a qualidade dos tripulantes de que dispunha, escreveu Cochrane ao ministro da Marinha:

Os soldados da marinha não sabem o exercício de peças, nem de armas curtas, nem de espada, e todavia têm de si tão alta opinião que nem ajudam a lavar o convés, de sorte que, sendo inúteis como soldados de marinha, são uma carga aos marinheiros.

Percebendo a superioridade inicial do inimigo, Cochrane retirou seus navios para perto da Ilha de Tinharé, fundeadouro bem

abrigado, e os portugueses surpreendentemente desistiram de persegui-los. De parte a parte, não havia muita disposição para combater. A situação piorou na cidade, pois Cochrane apresou todos os navios de abastecimento que se aproximavam da baía e chegaram notícias de que um exército imperial se aproximava por terra. O almirante foi ousado e atacou os navios portugueses em seu fundeadouro, causando confusão. Afinal, o General Madeira desistiu e embarcou suas forças nos navios portugueses, forçou o bloqueio e passaram. O almirante perseguiu-os sem entusiasmo, apresou uns poucos barcos e contentou-se com isso. Ninguém tinha mesmo muita vontade de lutar. Se o tivessem feito, a adesão da Bahia ao Império não teria sido realizada no dia 2 de julho de 1823.

Depois de sua missão pacificadora na Bahia, Thomas Cochrane iria encontrar sérios problemas no Maranhão. Os historiadores maranhenses são unânimes até hoje a comentar severamente suas ações, sobretudo em sua segunda visita a São Luís, quando se aproveitou da autoridade que D. Pedro I lhe outorgara para extorquir elevada quantia das modestas finanças maranhenses, a título de indenização por seus feitos militares e administrativos no país que o governo central não lhe havia pago.

Ao chegar pela primeira vez a São Luís, Lorde Cochrane bloqueou o porto, o rio, a ilha e as águas. E mais o que houvesse a bloquear, bloquearia também... Ele intimou a cidade, sob a mira de seus canhões, a proclamar solenemente a adesão da província do Maranhão ao Império do Brasil. Uma semana depois, em carta de 8 de agosto de 1823, o nobre escocês escreveu ao ministro da Marinha do Império:

...o medo que o governo inimigo teve das tropas imperiais da Bahia, que se persuadira que estavam a chegar à barra, e a súbita aparição de tão avultada embarcação, produziram o efeito que eu esperava e é com a maior satisfação

que agora participo a ocupação desta importante cidade e província, o que se conseguiu sem efusão de sangue e sem distúrbios de importância alguma¹

Por ocasião da proclamação da Independência, a situação interna no Maranhão era caótica, e a Junta Governativa do Maranhão foi a que mais se afez à fidelidade a Portugal e à Casa de Bragança. Lembro que o Maranhão estava subordinado diretamente a Lisboa e não ao Rio de Janeiro. Os membros da Junta chegaram a insistir com seus colegas do Piauí e do Ceará para que fizessem um pacto de manutenção da legalidade anterior à Independência. No entanto, as cidades do interior do Maranhão foram pouco a pouco aderindo ao Império e só a capital São Luís resistia. Só quase um ano depois do dia 7 de setembro é que a Junta Governativa do Maranhão, a 28 de junho de 1823, aceitou a incorporação ao Império, e isso só aconteceu porque teve de submeter-se à ameaça dos canhões da frota de Lorde Cochrane, que fora incumbido de levar a liberdade às províncias do Nordeste.

Relata Carlos de Lima que Cochrane, em sua primeira visita, cobrou como presa de guerra vários navios portugueses, propriedades particulares de portugueses, o balanço da dívida da Coroa de Portugal na Caixa Militar, Alfândega e outros fundos, todo o fornecimento do Arsenal de Marinha e todas as embarcações menores do governo português na província. Houve protestos e alguma resistência, dois oficiais ingleses foram atacados, o que levou Cochrane a fazer desembarcar seiscentos soldados.

Lord Cochrane levou desta cidade um cabedal inestimável e continuou nas mesmas extorsões, deixando neste porto a bem armada Escuna *Emília* para apresar os navios que viessem de Portugal. (...) nas lutas da Independência houve desmandos e atrocidades de parte a parte no Maranhão.²

¹ VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. *História da Independência da Província do Maranhão*, (1822-1828), Rio de Janeiro, editora Americana, 1972, p. 131.

² LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. São Luís: Instituto Geia, 2008, p. 78.

O nobre escocês ordenara o desarmamento da população local e prendeu os recalcitrantes na capital. Ele julgava que a

Junta era mal organizada, composta de pessoas ligadas entre si, não só por conexões de família como de amizade. A Junta preenchia as vagas dos funcionários portugueses com parentes, amigos e aderentes. Mandou retirar dos fortes toda a tropa portuguesa, cujo comandante depois seria morto em conflito pessoal.³

Ao declarar São Luís “cidade conquistada”, Cochrane fez boa presa não só das propriedades dos portugueses, como também da dívida pública, de três mil arrobas de pólvora da Fazenda nacional, de muitos escravos, e o seu representante, um certo Sr. Bean, pilhou a Alfândega sem a menor cerimônia.

Durante aquela primeira visita ao Maranhão, Cochrane enviou seu imediato John Grenfell a Belém do Pará, onde também havia resistência ao governo imperial. Lembro que a província do Grão-Pará também era administrada diretamente de Portugal e não rendia contas ao governo sediado no Rio de Janeiro. Grenfell utilizou a mesma tática do almirante ao chegar a São Luís, isto é, anunciando que uma grande esquadra estava chegando. O resultado foi rápido, e em breve uma Junta Governativa brasileira tomou posse e passou a governar a província. No entanto, os portugueses se reorganizaram, tentaram assassinar Grenfell, que teve de desembarcar tropas britânicas para manter a ordem. As presas em Belém foram consideráveis.

A 20 de setembro Cochrane deu por terminada a sua missão no Maranhão e a 9 de novembro já estava de volta ao Rio de Janeiro. Em seis meses de operações, ele havia expulsado a esquadra portuguesa da costa brasileira, e as províncias de Norte e Nordeste estavam integradas ao Império. Foram apresados 78 navios e mercadorias no valor de 250.000 libras esterlinas. Cochrane achava que tinha direito a todos

esses navios apreendidos em São Luís. A chegada ao Rio de Janeiro dessa imensa frota de navios apresados no Maranhão encheu de velas a Baía de Guanabara e causou sensação na capital.

No Rio de Janeiro, a 25 de novembro de 1823, o almirante foi recebido entusiasticamente pela Assembleia Constituinte e D. Pedro I, além de dar-lhe o título de Marquês do Maranhão, condecorou-o com a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Esse grau nobiliárquico de Marquês de Maranhão o envideceu muito, tanto que determinou em seu testamento que lhe desse destaque especial no seu espetacular túmulo na Abadia de Westminster, em Londres.

Já a sua missão em Pernambuco foi mais séria e ocorreu no ano seguinte, em 1824, durante a chamada Confederação do Equador, que almejava a independência de todo o Nordeste. A dissolução da Assembleia Constituinte não fora bem recebida pelas províncias do norte e nordeste, e no Recife houve tumultos. Formou-se então a Confederação do Equador, de Alagoas ao Ceará, que tentaria obter a independência da região. Em vista da gravidade da ameaça, nova expedição foi formada e partiu do Rio de Janeiro a 13 de agosto de 1824. A esquadra, nesta altura já bastante melhorada em equipamentos e de homens mais bem treinados, bloqueou por algum tempo a cidade do Recife sem resultados. Cochrane decidiu então fazer um bombardeio simbólico da capital para forçar as autoridades rebeldes a negociar. Os poucos obuses que lá caíram foram suficientes para desanimar os revolucionários. Os confederados chegaram a enviar emissário para tentar subornar Lorde Cochrane, mas ele não aceitou.

O leve bombardeio feito por David Jewett foi suficiente para derrubar o governo confederado, e o chefe da rebelião Paes de Andrade asilou-se na fragata *Tweed*. Evaldo Cabral de Melo disse-me que Pernambuco não tem queixas especiais contra o Lorde Cochrane.

D. Pedro I felicitou o almirante e determinou que ele regressasse à capital, no que não foi atendido, pois Cochrane preferiu

³ GODÓIS, Barbosa. *História do Maranhão*, AML/UEMA, São Luís, 2008, p. 202.

dirigir-se ao Maranhão, onde reinava a anarquia. Infelizmente, os homens habituados a fazer uso das armas no Maranhão não haviam perdido o prazer de utilizá-las, e assim o jugo português acabou sendo substituído pelo jugo das tropas locais e de seus chefes militares. Barbosa de Góis resumiu:

O estado do Maranhão era verdadeiramente calamitoso. Nada havia de mais baixo e degradante que não se cometesse na província, com o desassombro de quem tem como certa a impunidade.⁴

Lorde Cochrane voltou portanto a São Luís, lá chegando em 9 de novembro de 1824, desejoso de restabelecer a tranquilidade e a segurança da população maranhense. Porém tinha ele outro plano de caráter pessoal. Curiosamente, logo ao chegar a São Luís, um grupo de 78 senhoras da sociedade local dirigiu ao almirante escocês um longo manifesto que pintava com cores dramáticas a situação de anarquia que prevalecia na província.

O almirante agiu com rapidez: assumiu o Governo das Armas e, com os poderes que trouxera da Corte, confiscou o armamento de todos os grupos que estavam em pé de guerra, e suspendeu os pagamentos até que se apurassem as responsabilidades. Lembro que São Luís nessa época tinha apenas 12.000 habitantes, a maioria negros escravos. Bruce, o presidente da província, continuava a fazer desmandos, e o nobre escocês foi forçado a suspendê-lo de suas funções e embarcou-o à força, com seus principais colaboradores, em um navio para o Rio de Janeiro.

Nessa altura o marujo escocês, que chegara descontente com a interpretação que o governo imperial dera ao seu contrato, mostrou o seu lado feio. Lembro que o citado contrato com o governo central era dúbio, pois as versões em língua inglesa e portuguesa não coincidiam. Tratava-se de especificar o recebimento das presas, isto é, sua percentagem das capturas navais durante as revoltas, no texto português, e

na versão inglesa mencionava-se a palavra *wars*, guerras, caso em que ele deveria receber fortes quantias e percentagens altas. Como na realidade não chegou a haver guerras em suas campanhas, e sim meras revoltas, Cochrane recebeu apenas modestas indenizações da parte do governo imperial. Por isso quando ele chegou a São Luís pela segunda vez, uma vez pacificado o Maranhão, Cochrane decidiu desforrar-se e exigiu do governo local $\frac{1}{4}$ do valor das presas efetuadas no ano anterior, em 1823, que montavam em total cerca de 425.000 libras esterlinas, e portanto a sua parte se elevava a 106.000 contos de réis, enorme quantia na época. Pedro Calmon comentou:

Cansado de exigir do governo o pagamento dos seus serviços, Lorde Cochrane não confiou e resolveu cobrar-se dos 106 mil contos de réis a título de compensação pelo que lhe deviam. (...) Arrecadou do tesouro público maranhense e partiu para a Inglaterra sem dizer que abandonava a marinha brasileira, volúvel, glorioso, indiferente às injúrias que não lhe faltavam⁵

O almirante estimava que o valor total de suas capturas era superior e chegasse a 552.000 libras esterlinas. De acordo com a chamada Lei de Presas, o quinhão dele e de seus marinheiros seria de 120.000 libras, quantia muito elevada. O Tribunal de Presas do Rio de Janeiro, com maioria de membros portugueses (9 em 13) tinha a tendência natural de restituir toda a quantia a seus donos. Só na Guanabara havia 24 navios portugueses com suas cargas. O Tribunal julgara que as presas foram tomadas de rebeldes e não de inimigos. Isso criou na esquadra um ambiente quase de hostilidade. Os pagamentos não foram feitos e os marinheiros ingleses se amotinaram ou desertaram, o que punha em perigo a existência da novel marinha brasileira, indispensável para manter a ordem, sobretudo nas províncias do Norte e do Nordeste.

⁴ Ibidem, p. 312.

⁵ CALMON, Pedro. *História do Brasil*, volume V. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1971, p. 1575.

A 12 de fevereiro de 1825, o Conselho de Estado tomou uma decisão que atendia aos que desejavam uma reconciliação com Portugal. As propriedades portuguesas flutuantes seriam restituídas a seus donos e o tesouro nacional indenizaria os apresadores. O ministro da Marinha escreveu a Lorde Cochrane reafirmando que o acordo de fevereiro de 1823 seria honrado e que o governo pagaria o valor das presas aprovado pelo Tribunal de Presas, bem como o aumento do soldo das tripulações e a quantia de 40.000 contos pela captura da fragata portuguesa *Imperatriz*. No entanto, nem todas as promessas foram cumpridas e o descontentamento aumentou.

Como bem se expressou Luiz Fabiano Tavares em recente estudo sobre o assunto,

O que estava em jogo não era apenas o dinheiro, mas também a autoridade moral de Cochrane sobre seus homens, sua dignidade perante os subordinados. (...) Por isso, nos parece lícito concluir que, em boa parte, os dramáticos gestos do Primeiro Almirante fossem propositalmente teatrais, de modo a impressionar positivamente seus comandados.

Em junho de 1824, o almirante foi alertado por uma amiga francesa de que as autoridades haviam decidido vasculhar a Nau *D. Pedro I* de Cochrane procurando dinheiro das presas que julgavam não terem sido entregues para adjudicação. O primeiro almirante teve de deixar furtivamente o seu navio, cavalgar até o palácio do imperador e tirá-lo da cama, conseguindo afinal que a ordem fosse cancelada. No entanto era preciso considerar – como escreveu Helio Leoncio – que “o valor das presas devidas à esquadra correspondiam a todo o orçamento naval brasileiro de quase um ano”. No entanto, o momento era delicado e o Império precisava de Lorde Cochrane, já que havia rumores de que Portugal estaria se organizando para uma possível reconquista naval do Brasil.

O almirante já estava em São Luís quando lá chegou o novo presidente da província Costa Barros, mas Lorde Cochrane im-

pediu-o de tomar posse e obrigou-o a viajar para Belém, onde aguardaria convocação para assumir o seu cargo. Dias depois, o escocês expôs aos membros da Junta da Fazenda do Maranhão as suas exigências, fazendo-lhes pormenorizado relatório. Em fevereiro de 1825, os oficiais e tripulantes da esquadra nada tinham recebido nos últimos quatro meses, isto é, depois que partiram do Rio de Janeiro, e a maioria deles iria terminar os seus serviços para a marinha brasileira e partiriam para a Europa, o que significava que sairiam do Brasil sem ser recompensados pelo seu trabalho, o que era inegavelmente injusto. O pagamento parcelado prometido pelo Império não agradara a ninguém. Esse fato pareceria justificar sua enérgica atitude reivindicativa.

Constrangidos os integrantes da Junta, autorizaram o pagamento daquela considerável quantia da qual o almirante se dizia credor. Uma vez recebido o dinheiro, foi distribuído pelos oficiais e a tripulação. Quatro dias depois, Cochrane entregou o comando a David Jewett, embarcou na Fragata *Piranga* e partiu para a Europa, levando o seu botim maranhense, inclusive essa fragata. O comportamento de Lorde Cochrane parece fazer crer que ele voltara pela segunda vez ao Maranhão exclusivamente para se fazer indenizar do que o governo imperial não lhe havia pago no Rio de Janeiro.

Ao aportar em Portsmouth em 26 de junho de 1825 a Fragata *Piranga*, nos informa Helio Leoncio que era a primeira vez que a bandeira imperial brasileira era saudada em uma nação estrangeira. Lá foi recebido como herói e depois aclamado nos teatros londrinos. O almirante retirou-se para a Escócia, mas Portugal exigiu indenizações pelas presas feitas e Cochrane chegou a correr perigo de ser preso. O governo imperial só o demitiu formalmente da marinha brasileira a 10 de abril de 1827, isto é, quase dois anos depois.

Estes são os fatos que mancharam sua reputação até hoje e continuam a irritar os historiadores maranhenses, acontecimentos que teriam longa projeção jurídica na Inglaterra e no Brasil e só terminaram ao final do século XIX com prejuízo nosso.

De volta à Europa, Thomas aceitaria pouco depois mais uma missão de risco, ao in-

tervir na guerra da independência da Grécia, no período 1827-1828. Desta vez, Cochrane não teve sorte e acusou seus tripulantes e os precários navios que comandou pela falta de sucessos navais. Curiosamente, ele persuadiu o comando inglês a utilizar navios a vapor contra a frota otomana com bastante sucesso e teria inventado uma espécie de bomba de gás venenoso, que acabou sendo utilizada bem mais tarde, na Primeira Guerra Mundial.

Finalmente instalado na Inglaterra em 1830, Cochrane conseguiu a sua reabilitação, recuperou o título nobiliárquico de sua família com a morte do pai e assim pôde assumir o título de 10^o Conde de Dundonald. Conseguiu também reingressar na marinha real em 1832, já com o título de contra-almirante. Os jornais ingleses comentaram ironicamente que isso só aconteceu porque o alto comando naval inglês preferiu reincorporá-lo ao serviço ativo a deixá-lo do lado de fora atirando contra a administração naval. No entanto, seu temperamento impulsivo e arrebatado continuaria a causar desconfiança em seus superiores, que nunca lhe deram uma chefia realmente importante. Só em 1847, aos 72 anos de idade, recebeu o comando em chefe da região da América do Norte e Índias Ocidentais, que em verdade não era muito significativo.

Durante a Guerra da Criméia, aos 79 anos, Cochrane chegou a ser cogitado para o comando da frota do Báltico, mas os aliados russos, temerosos de seu temperamento intempestivo, teriam vetado o seu nome, sentindo-se talvez ameaçados indiretamente em São Petersburgo. Na verdade, o almirantado temia que seu *adventurous spirit* o pudesse levar a alguma iniciativa perigosa. Assim, o velho lobo do mar, considerado um dos dez maiores comandantes navais britânicos de todos os tempos, nunca chegou a receber um comando realmente digno de sua capacidade naval. Seja como for, ao morrer, ele foi louvado “pelo seu comportamento ilustre em todo o mundo, por sua coragem, patriotismo e espírito cavalheiresco”. Viveu ainda bastante tempo e só faleceu aos 85 anos de idade, a 31 de outubro de 1860, em Londres, durante uma operação de extração de cálculos renais. O almirante escreveu uma interessante autobiografia,

recentemente republicada pela editora Constable, em Londres, com introdução do historiador Tom Pocock.

Sua sepultura na Abadia de Westminster só é igualada em importância à do Soldado Desconhecido e à do Dr. Livingstone, mas devo sublinhar que o seu túmulo é o que mais de destaca, pois é o primeiro defronte ao altar principal, bem ao centro da nave. O epitáfio é de autoria de Sir Lyon Playfair e reza:

Aqui descansa no seu 85^o ano Thomas Cochrane, o décimo Conde de Dundonald de Paisley e de Ochiltree nos pares da Escócia e Marquês do Maranhão no império do Brasil. G.C.B. e almirante de esquadra que pela confiança que seu gênio, sua ciência e sua extraordinária ousadia inspiraram, por suas heroicas atividades pela causa da liberdade e seus esplêndidos serviços igualmente em seu país e na Grécia, Brasil, Chile e Peru obtiveram um nome ilustre através do mundo pela sua coragem, patriotismo e cavalheirismo

O Arquivo Cochrane se encontra hoje no Scottish Record Service, de Edimburgo, Escócia, e pode ser consultado sem dificuldade. Toda a documentação foi microfilmada e se encontra no Museu Naval, no Rio de Janeiro.

Curiosamente, há um ramo Cochrane no Brasil, pois seu primo-irmão Dr. Thomas Cochrane morou no Rio de Janeiro e foi proprietário da conhecida Chácara da Tijuca, adquirida em 1855 em nome de sua esposa. Ele teria sido um dos introdutores da homeopatia no Brasil e foi um dos fundadores de um hospital para escravos na região do Rio de Janeiro. O Dr. Cochrane propôs também a construção de uma estrada de ferro entre o Rio e São Paulo em 1856. Lembro ainda que no Rio de Janeiro, na Tijuca, existe uma Rua Almirante Cochrane, e na serra da Tijuca foi dado o nome dele a uma parte desse maciço. Recordo ainda que no começo da minha carreira diplomática tive oportunidade de conhecer pessoalmente um importante diplomata brasileiro, José Cochrane de Alencar, descendente do irmão do almirante

te, que chegou a ser embaixador do Brasil no Reino Unido.

Na realidade, a ida de Cochrane ao Maranhão e ao Pará foi decisiva para que essas províncias, então subordinadas diretamente a Lisboa, aceitassem reconhecer o Império. D. Pedro I não tinha como subme-

tê-las e, se continuassem como colônias de Portugal, acabariam caindo nas mãos inglesas, e o Brasil perderia o acesso à Amazônia e seria hoje um país bem menor. Assim sendo, o que Lorde Cochrane levou do Maranhão foi bem pouco e sua vinda ao Brasil foi oportuníssima.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Washington Perry – *Primeiro Almirante da Marinha do Brasil*, Anais do congresso de história da Independência, revista do IHGB, vol. VI, 1975.

AZEVEDO, Aroldo – *Os Cochranes do Brasil*. Editora Nacional, Brasileira nº 320, São Paulo, 1965.

BOITEUX, Lucas – *A Armada imperial contraposta à Confederação do Equador*, in Subsídios para a história Marítima do Brasil, vol. XIII, SDM, 1955

_____ – *A Marinha de Guerra do Brasil nos reinados de D. João VI e D. Pedro I*, Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 1912.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*, volume V. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1971.

COCHRANE, Alexander Thomas – *Biography of a Seaman*, Longman & Green, Londres, 1947.

FERREIRA REIS, Artur César – Grenfell e a independência do Pará, revista *Navegador*, nº 4, dezembro de 1971.

FORTESCUE, J.W. – *Dundonald*, editora MacMillan, Londres, 1929.

GODÓIS, Barbosa – *História do Maranhão*, AML/UEMA, São Luís, 2008.

GRAHAM, Maria – *Diário de uma viagem ao Brasil*, editora Itatiaia/USP, Belo Horizonte, 1990.

GUEDES, Max Justo – *A Marinha e a libertação da Bahia*, revista *Navegador*, nº 4, dezembro de 1971.

LEONCIO MARTINS, Helio – *Almirante Lorde Cochrane: uma figura polêmica*, edição do Clube Naval, Rio de Janeiro, 1997, 134 páginas. Excelente biografia ainda disponível.

LIMA, Carlos de – *História do Maranhão*, Instituto Geia, São Luís, 2008.

LLOYD, Christopher – *Lord Cochrane, Seaman* – Longman Green, Londres, 1947.

MARQUES, César Augusto – *História do Maranhão*, São Luís, 1960.



MEIRELES, Mario – *História da Independência do Maranhão*, Arte Nova, Rio de Janeiro, 1972.

MONTELO, Josué – *Cochrane e o Maranhão*, revista *Navigator*, nº 4, dezembro de 1971, SDM

SILVA, Antonio Vieira da – *História da Independência da Província do Maranhão* – editora Americana, Rio de Janeiro, 1972.

TAUNAY, Afonso de – *Grandes vultos da Independência Brasileira*, São Paulo, 1922.

TUTE, Warren – *Life of Admiral and Earl of Dondonald*, Cassel Co., Londres, 1965.

VALE, Brian – *O Almirante Cochrane e a questão das presas*, revista *Navigator*, nº 8, dezembro de 1973.

VALENZUELA, Ricardo – *Cochrane: Marino y Libertador*, Imprenta de la Armada chilena, Valparaiso.

VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. *História da Independência da Província do Maranhão*, (1822-1828), Rio de Janeiro: Editora Americana, 1972.